

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

1. Informações Gerais

O município de Belo Horizonte possui natureza jurídica de direito público e sede na Av. Afonso Pena, nº 1212 - Centro, Belo Horizonte - MG, CEP 30130-003.

As demonstrações contábeis aqui apresentadas foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente e com as normas de contabilidade aplicadas ao setor público bem como observadas as orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 7ª Ed., o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP - 2018 e as Instruções de Procedimentos Contábeis – IPCs, expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As demonstrações contábeis contemplam a consolidação das contas do Município de Belo Horizonte relativas ao exercício de 2018, composta pelas seguintes entidades municipais com contabilidade descentralizada:

Administração Direta:

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Secretarias Municipais, Órgãos Correlatos e os Fundos Municipais);
Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Administração Indireta:

Fundações Públicas:

Fundação Municipal de Cultura - FMC;
Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica - FPMZB.

Autarquias:

Hospital Metropolitano Odilon Behrens - HMOB;
Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP;
Superintendência de Limpeza Urbana - SLU.

Sociedades de Economia Mista Dependentes:

Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte S/A - Urbel;
Empresa de Informática e Informação de Belo Horizonte - Prodabel;
Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A. - Belotur;
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans.

Não integra a consolidação das contas do Município:

Sociedade de Economia Mista Independente:

PBH Ativos S/A.

2. Políticas Contábeis

Sistema Informatizado de Contabilidade

A escrituração contábil do Município é feita pelo Sistema de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - CASP-PBH, desenvolvido pela Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte – Prodabel.

Implantação do Sistema de Conta Única

A partir de abril de 2018, em atendimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria - art. 56 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, o município adotou o sistema de Conta Única, com cronograma de migração das contas bancárias dos órgãos do município para o caixa único.

Os principais instrumentos legais e normativos que orientaram a implantação do Sistema de Conta Única foram:

- A Portaria Municipal SMF nº 003, de 03/02/2017, que designou os suplentes dos membros titulares do Grupo Deliberativo e os membros titulares e respectivos suplentes do Grupo Executivo do Projeto de implementação de Conta Única;
- A Lei Municipal nº 11.095, de 28/12/17, que criou o sistema de Conta Única do município de Belo Horizonte; e
- O Decreto Municipal nº 16.901, de 08/05/18, que regulamentou a Lei Municipal nº 11.095, de 28/12/17.

Consolidação das Contas

No processamento de consolidação das contas não foram deduzidas as operações intraorçamentárias nos demonstrativos em análise.

3. As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

3.1. Balanço Orçamentário – (BO)

Segundo o MCASP 8ª ed., o Balanço Orçamentário (BO) demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário do município de Belo Horizonte evidencia com fidedignidade a execução do orçamento para o exercício de 2018, aprovado pela Lei Municipal nº 11.097, de 29/12/2017.

O demonstrativo foi elaborado observando na íntegra as orientações da instrução de procedimentos contábeis “IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário” e a NBC TSP “13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis”.

Da Análise dos Índices

Em relação às receitas orçamentárias, do total da receita realizada em 2018, 36,69% foram provenientes de Receitas Correntes Tributárias e 42,15% referente às Transferências Correntes.

PRINCIPAIS RECEITAS - PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL ARRECADADO				
	2017		2018	
Receitas Correntes - Tributária	3.354.503.145,81	34,52%	3.874.379.685,92	36,69%
Transferências Correntes	4.311.848.608,38	44,37%	4.450.752.981,58	42,15%
TOTAL DE RECEITAS	9.717.117.393,03		10.558.498.030,97	

Já em relação às despesas orçamentárias, do total empenhado em 2018, 43,92% foram referentes às Despesas Correntes para pagamento de Pessoal e Encargos Sociais e 44,65% às Outras Despesas Correntes.

PRINCIPAIS DESPESAS - PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL EMPENHADO				
	2017		2018	
Despesas Correntes - Pessoal e Encargos Sociais	4.366.261.639,39	43,50%	4.566.933.142,48	43,92%
Outras Despesas Correntes	4.655.075.877,32	46,38%	4.643.328.893,77	44,65%
TOTAL DE DESPESAS	10.036.417.543,67		10.398.791.811,28	

A lei Orçamentária do exercício de 2018 previu inicialmente uma receita a ser realizada de R\$12,5 bilhões, sendo que a receita realizada efetiva representou R\$10,5 bilhões, o que representa uma realização efetiva de 84% da receita inicialmente prevista.

QUOCIENTE DE DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO		
	2017	2018
Receita Realizada	9.717.117.393,03	10.558.498.030,97
Previsão Inicial da Receita	11.580.356.244,00	12.535.716.659,00
Receita Realizada	= 83,91%	84,23%
Previsão Inicial da Receita		

Já em relação à despesa fixada para 2018, o legislativo autorizou despesas no montante de R\$12,5 bilhões.

Observa-se que o total da Dotação Atualizada da Despesa foi superior ao total da Dotação Inicial para o mesmo período em R\$ 17.495.817,77 em decorrência da abertura de créditos adicionais com origem no superávit financeiro apurado no exercício anterior. Estes créditos adicionais foram utilizados para aplicação no Ensino, na fonte de recursos vinculada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - (Fundeb).

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA		
	2017	2018
Despesa Executada	10.036.417.543,67	10.398.791.811,28
Dotação Atualizada	11.580.356.244,00	12.553.212.476,77
Despesa Executada	= 86,67%	82,84%
Dotação Atualizada		

Em 2018 o total da despesa empenhada representou 82,84% do total autorizado pelo legislativo municipal, o que resultou em um superávit orçamentário no montante de R\$ 159,7 milhões.

QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		
	2017	2018
Receita Realizada	9.717.117.393,03	10.558.498.030,97
Despesa Empenhada	10.036.417.543,67	10.398.791.811,28
Receita Realizada	= 96,82%	101,54%
Despesa Empenhada		
Receita Realizada - Despesa Empenhada =	- 319.300.150,64	159.706.219,69

Este superávit orçamentário de 2018 equivale a dizer que o total das receitas orçamentárias representou 101,54% do total das despesas empenhadas.

Já no exercício de 2017, ocorreu um déficit orçamentário no montante de R\$ 319,3 milhões, ou seja, as receitas arrecadadas representaram 96,82% do total das despesas empenhadas.

A Receita Corrente do exercício de 2018 superou em 6,68% a Despesa Corrente, o que resultou em um superávit orçamentário corrente de R\$ 631,5 milhões.

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE			
		2017	2018
Receita Realizada - Corrente		9.450.634.511,69	10.092.898.388,39
Despesa Empenhada - Corrente		9.249.078.616,47	9.461.316.597,07
Receita Corrente	=	102,18%	106,68%
Despesa Corrente			
Receita Corrente - Despesa Corrente =		201.555.895,22	631.581.791,32

Em relação à utilização do superávit financeiro acumulado de exercícios anteriores, 2,40% do total do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2017 foi utilizado na abertura de créditos adicionais.

QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO			
		2017	2018
Créditos Adic. Abertos por meio de Superávit Financeiro		-	17.495.817,77
Superávit Financeiro do Exercício Anterior		985.584.934,65	729.574.914,21
Créditos Adic. Abertos por meio de Superávit Financeiro	=	0,00%	2,40%
Superávit Financeiro do Exercício Anterior			

O quociente real da execução orçamentária de 2018 indica que a receita realizada representou 110,82% do total da despesa paga. Em outros termos, a despesa paga representou 90,24% do total da receita realizada.

QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
		2017	2018
Receita Realizada		9.717.117.393,03	10.558.498.030,97
Despesa Paga		8.529.923.760,50	9.527.962.629,69
Receita Realizada	=	113,92%	110,82%
Despesa Paga			
Despesa Paga	=	87,78%	90,24%
Receita Realizada			

Da Análise Vertical – (AV) e Horizontal (AH)

A análise vertical acontece no mesmo período, porém analisamos contas diferentes. Essa análise serve para identificar a porcentagem de participação de determinado indicador nos resultados. A análise vertical apresenta o quanto cada conta é importante em relação à demonstração contábil a que pertence.

A análise horizontal se baseia na evolução dos saldos das contas ao longo do período. A comparação ocorre entre as mesmas contas, porém em exercícios diferentes. Seu objetivo é analisar se os valores das demonstrações contábeis cresceram ou diminuíram em comparação com as informações de períodos anteriores.

Valores em Reais (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2017	AV	2018	AV	AH
RECEITAS CORRENTES	9.450.634.511,69	97,26%	10.092.898.388,39	95,59%	6,80%
Receita Tributária	3.354.503.145,81	34,52%	3.874.379.685,92	36,69%	15,50%
Receita de Contribuições	694.846.001,60	7,15%	826.103.260,60	7,82%	18,89%
Receita Patrimonial	279.292.867,37	2,87%	305.251.621,47	2,89%	9,29%
Receita Agropecuária	12.092,80	0,00%	10.731,35	0,00%	-11,26%
Receita de Serviços	354.783.504,30	3,65%	359.333.537,89	3,40%	1,28%
Transferências Correntes	4.311.848.608,38	44,37%	4.450.752.981,58	42,15%	3,22%
Outras Receitas Correntes	455.348.291,43	4,69%	277.066.569,58	2,62%	-39,15%
RECEITAS DE CAPITAL	266.482.881,34	2,74%	465.599.642,58	4,41%	74,72%
Operações de Crédito	124.744.740,78	1,28%	192.583.024,93	1,82%	54,38%
Alienação de Bens	88.144.362,46	0,91%	107.652.065,42	1,02%	22,13%
Transferências de Capital	27.934.522,49	0,29%	42.269.856,84	0,40%	51,32%
Outras Receitas de Capital	25.659.255,61	0,26%	123.094.695,39	1,17%	379,73%
TOTAL DAS RECEITAS	9.717.117.393,03	100,00%	10.558.498.030,97	100,00%	8,66%

Incluídas as receitas intraorçamentárias

Fonte: Sistema CASP PBH

A partir da análise vertical do exercício de 2018 em relação às receitas, 36,69% e 42,15% do total das receitas arrecadadas, corresponderam respectivamente às receitas correntes tributárias e transferências correntes.

Numa análise horizontal destaca-se o crescimento, em relação ao exercício de 2017, de 18,89% nas receitas de contribuições e 15,50% nas receitas tributárias, bem como o crescimento de 74,72% no total das receitas de capital.

No total arrecadado em 2018, ocorreu um crescimento nominal de 8,66% em relação ao exercício de 2017, o que equivale a um crescimento real de 4,73%, considerando a inflação acumulada no período de 3,75% (IPCA).

Valores em Reais (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2017	AV	2018	AV	AH
DESPESAS CORRENTES	9.249.078.616,47	95,18%	9.461.316.597,07	89,61%	2,29%
Pessoal e Encargos Sociais	4.366.261.639,39	44,93%	4.566.933.142,48	43,25%	4,60%
Juros e Encargos da Dívida	227.741.099,76	2,34%	251.054.560,82	2,38%	10,24%
Outras Despesas Correntes	4.655.075.877,32	47,91%	4.643.328.893,77	43,98%	-0,25%
DESPESAS DE CAPITAL	787.338.927,20	8,10%	937.475.214,21	8,88%	19,07%
Investimentos	526.126.009,17	5,41%	529.673.742,15	5,02%	0,67%
Inversões Financeiras	8.110.712,51	0,08%	147.180.265,44	1,39%	1714,64%
Amortização da Dívida	253.102.205,52	2,60%	260.621.206,62	2,47%	2,97%
TOTAL DAS RECEITAS	10.036.417.543,67	103,29%	10.398.791.811,28	98,49%	3,61%

Incluídas as despesas intraorçamentárias

Fonte: Sistema CASP PBH

A partir da análise vertical do exercício de 2018 em relação às despesas, 43,25% e 43,98% do total das despesas empenhadas corresponderam respectivamente às despesas correntes de pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes.

Numa análise horizontal destaca-se o crescimento, em relação ao exercício de 2017, de 1.714,64% nas despesas de inversões financeiras bem como o crescimento de 19,07% no total das despesas de capital.

Destaca-se que no total das despesas de inversões financeiras R\$ 109 milhões foram em virtude de aplicação direta decorrente de operação entre órgãos e fundos Integrantes do OFSS (despesas intraorçamentárias).

Ocorreu um crescimento nominal de 3,61% no total da despesa empenhada em relação ao exercício de 2017, que equivale a um decréscimo real de -0,13% considerando a inflação acumulada no período de 3,75% (IPCA).

3.2. Balanço Financeiro – (BF)

Segundo o MCASP 8ª Ed., o Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício, porém este resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial (BP).

O Balanço Financeiro foi elaborado observando na íntegra as orientações da instrução de procedimentos contábeis “IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro” bem como observado todas as instruções do MCASP 8ª Ed. no que se refere aos valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o “Saldo do Exercício Anterior” e “Saldo para o Exercício Seguinte”

contempladas nas linhas “Outros Recebimentos Extraorçamentários” e “Outros Pagamentos Extraorçamentários”.

Da Análise dos Índices

Durante o exercício de 2018 o município reduziu R\$ 183.464.313,05 de valores em espécie no caixa em relação os valores em espécie disponíveis em dezembro do exercício de 2017, ou seja, apresentou uma variação líquida de caixa negativa.

APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO			
	2017		2018
Saldo em espécie do Exercício Anterior	1.900.292.394,19		2.600.525.994,87
Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	2.600.525.994,87		2.417.061.681,82
Exerc. Seguinte - Exerc. Anterior	=	700.233.600,68	- 183.464.313,05

Considerando que o resultado orçamentário no exercício de 2018 foi superavitário em R\$ 159.706.219,69, pode-se afirmar que o resultado financeiro do mesmo exercício não apresenta nenhuma relação direta com o resultado orçamentário.

O resultado financeiro deficitário do exercício pode ser explicado com base na análise das transações extraorçamentárias.

De acordo com o MCASP 8ª Ed., os ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o município é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).

São exemplos de ingressos extraorçamentários: os depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Já o dispêndio extraorçamentário é aquele que não consta na lei orçamentária anual, compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios.

Observa-se que em 2018 os recebimentos extraorçamentários representaram 86,56% do total dos pagamentos extraorçamentários, resultando em um resultado extraorçamentário deficitário no valor de R\$337.681.593,48.

QUOCIENTE DO RESULTADO EXTRA ORÇAMENTÁRIO		
	2017	2018
Recebimentos ExtraOrçamentários	2.732.797.588,91	2.174.048.441,77
Pagamentos Extraorçamentários	1.707.253.947,40	2.511.730.035,25
Recebimentos Extraorçamentários	= 160,07%	86,56%
Pagamentos Extraorçamentários		
Recebimentos - Pagamentos	= 1.025.543.641,51	- 337.681.593,48

A partir da análise comparativa entre o resultado extraorçamentário e o resultado financeiro, conclui-se que todo o resultado financeiro deficitário é justificado a partir do resultado extraorçamentário, também deficitário, uma vez que este representa 184,06% daquele.

QUOCIENTE EXTRA ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO		
	2017	2018
Resultado Extra Orçamentário	1.025.543.641,51	- 337.681.593,48
Resultado Financeiro	700.233.600,68	- 183.464.313,05
Resultado Extra Orçamentário	= 146,46%	184,06%
Resultado Financeiro		

Da Análise Vertical – (AV) e Horizontal (AH)

A partir da análise horizontal das informações do exercício de 2018 observa-se que 82,93% dos ingressos têm origem na receita orçamentária e 17,07% nos ingressos extraorçamentários.

Em relação ao exercício de 2018, ocorreu uma redução de 20,45% dos ingressos extraorçamentários quando comparados com o exercício de 2017, decréscimo em grande parcela resultante da redução da inscrição em restos a pagar.

Valores em Reais (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2017	AV	2018	AV	AH
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	9.717.117.393,03	78,05%	10.558.498.030,97	82,93%	8,66%
Receita Ordinária	3.779.562.066,07	30,36%	4.110.122.779,20	32,28%	8,75%
Recursos Vinculados à Educação	1.959.272.811,07	15,74%	1.878.216.723,05	14,75%	-4,14%
Recursos Vinculados à Saúde	2.767.655.791,15	22,23%	3.151.951.859,57	24,76%	13,89%
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	655.533.427,03	5,27%	905.703.457,44	7,11%	38,16%
Recursos Vinculados à Seguridade Social	33.779.131,19	0,27%	19.232.702,24	0,15%	-43,06%
Outras Vinculações de Recursos	521.314.166,52	4,19%	493.270.509,47	3,87%	-5,38%
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	2.732.797.588,91	21,95%	2.174.048.441,77	17,07%	-20,45%
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	892.139.228,68	7,17%	780.308.778,26	6,13%	-12,54%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	614.354.554,49	4,93%	90.520.403,33	0,71%	-85,27%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.130.191.914,83	9,08%	1.228.360.527,56	9,65%	8,69%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	96.111.890,91	0,77%	74.858.732,62	0,59%	-22,11%
TOTAL DE INGRESSOS	12.449.914.981,94	100,00%	12.732.546.472,74	100,00%	2,27%
Transferências Financeiras Recebidas	3.077.342.153,04		3.565.842.046,08		
Saldo do Exercício Anterior	1.912.239.744,82		2.618.483.235,69		
TOTAL	17.439.496.879,80		18.916.871.754,51		

Fonte: Sistema CASP PBH

Em relação aos dispêndios do exercício de 2018 observa-se que 80,55% dos dispêndios tiveram origem na despesa orçamentária autorizada pelo legislativo municipal e 19,45% nos dispêndios extraorçamentários.

Em relação ao exercício de 2018, ocorreu um acréscimo de 47,12% dos dispêndios extraorçamentários quando comparados com o exercício de 2017. Este acréscimo é decorrente do aumento dos pagamentos de restos a pagar no exercício de 2018.

Valores em Reais (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2017	AV	2018	AV	AH
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	10.036.417.543,67	85,46%	10.398.791.811,28	80,55%	3,61%
Despesa Ordinária	3.083.483.915,19	26,26%	3.258.262.437,90	25,24%	5,67%
Recursos Destinados à Educação	1.771.639.744,51	15,09%	1.712.890.214,78	13,27%	-3,32%
Recursos Destinados à Saúde	3.705.471.770,93	31,55%	3.759.013.003,74	29,12%	1,44%
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	960.845.893,64	8,18%	1.112.223.721,93	8,61%	15,75%
Recursos Destinados à Seguridade Social	234.244.904,70	1,99%	276.468.943,61	2,14%	18,03%
Outras Destinações de Recursos	280.731.314,70	2,39%	279.933.489,32	2,17%	-0,28%
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.707.253.947,40	14,54%	2.511.730.035,25	19,45%	47,12%
Pagamentos de Restos a Pagar não Processados	223.051.839,69	1,90%	574.347.781,92	4,45%	157,50%
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	238.631.407,74	2,03%	607.467.817,52	4,71%	154,56%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.108.551.823,67	9,44%	1.269.968.699,25	9,84%	14,56%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	137.018.876,30	1,17%	59.945.736,56	0,46%	-56,25%
TOTAL DE DISPÊNDIOS	11.743.671.491,07	100,00%	12.910.521.846,53	100,00%	9,94%
Transferências Financeiras Concedidas	3.077.342.153,04		3.565.842.046,08		
Saldo para o Exercício Seguinte	2.618.483.235,69		2.440.507.861,90		
TOTAL	17.439.496.879,80		18.916.871.754,51		

Fonte: Sistema CASP PBH

3.3. Balanço Patrimonial – (BP)

De acordo com o MCASP 8ª Ed., o Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

O Balanço Patrimonial foi elaborado observando na íntegra as orientações da instrução de procedimentos contábeis “IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial”.

Da Análise dos Índices

No município de Belo Horizonte, no final do exercício de 2018, a cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo, o ente possuía R\$ 4,31 disponível para honrar imediatamente seus compromissos.

LIQUIDEZ CORRENTE (LC)		
	2017	2018
Ativo Circulante	3.853.834.848,32	3.500.878.970,20
Passivo Circulante	1.376.757.944,86	811.460.446,78
Ativo Circulante	=	2,80
Passivo Circulante		4,31

A partir de uma análise mais conservadora, o índice de liquidez imediata busca identificar os recursos que o ente dispõe para honrar seus compromissos de forma imediata, deduzindo os valores dos créditos a receber a curto prazo, os estoques e as VPD's pagas antecipadamente.

A partir deste índice observa-se que a cada R\$ 1,00 de dívida à curto prazo, o ente possuía R\$ 2,98 de disponibilidade imediata para honrar imediatamente seus compromissos.

LIQUIDEZ IMEDIATA (LI) COM RPPS		
	2017	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.039.970.305,59	1.668.303.116,24
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	560.555.689,28	748.758.565,58
Total das Disponibilidades	2.600.525.994,87	2.417.061.681,82
Passivo Circulante (PC)	1.376.757.944,86	811.460.446,78
Disponibilidades	=	1,89
Passivo Circulante (PC)		2,98

Importante destacar, que por se tratar de órgão público, os recursos disponíveis podem possuir vinculações específicas que impeçam o pagamento de quaisquer compromissos. Assim, este índice de liquidez corrente é mais eficaz quando elaborado detalhadamente por fonte de recursos.

Uma das formas de se trazer este índice mais próximo da realidade é subtrair do total das disponibilidades os valores pertencentes ao Regime Próprio de Previdência Social - (RPPS) por se tratar de recursos vinculados ao pagamento de benefícios previdenciários sem, contudo, subtrair os valores do passivo circulante.

Subtraindo então as disponibilidades do RPPS, conclui-se que a cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo, o ente possuía R\$ 2,06 de disponibilidade imediata para honrar imediatamente seus compromissos.

LIQUIDEZ IMEDIATA (LI) SEM DISPONIBILIDADES DO RPPS		
	2017	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.039.888.377,34	1.667.965.943,44
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Total das Disponibilidades	2.039.888.377,34	1.667.965.943,44
Passivo Circulante (PC)	1.376.757.944,86	811.460.446,78
Disponibilidades	=	1,48
Passivo Circulante (PC)		2,06

Numa análise do endividamento do município, observa-se que 38,42% do ativo total do ente está comprometido com suas obrigações de curto e longo prazo.

A partir da composição do endividamento, conclui-se que 16,04% do total do endividamento do ente possuem exigibilidade no curto prazo.

ENDIVIDAMENTO GERAL (EG)			
		2017	2018
Ativo Circulante (AC)		3.853.834.848,32	3.500.878.970,20
Ativo não Circulante (ANC)		7.582.970.002,36	9.664.438.768,89
Ativo Total		11.436.804.850,68	13.165.317.739,09
Passivo Circulante (PC)		1.376.757.944,86	811.460.446,78
Passivo não Circulante (PNC)		4.244.270.649,56	4.246.300.470,61
PC + PNC	=	49,15%	38,42%
Ativo Total			
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO (CE)			
PC	=	24,49%	16,04%
PC + PNC			

Da Análise Vertical – (AV) e Horizontal (AH)

A partir de uma análise vertical 43,03% do total do ativo são representados por Créditos a Longo Prazo.

Valores em Reais (R\$)

ATIVO	2017	AV	2018	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	3.853.834.848,32	33,70%	3.500.878.970,20	26,59%	-9,16%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.039.970.305,59	17,84%	1.668.303.116,24	12,67%	-18,22%
Créditos a Curto Prazo	1.049.415.579,42	9,18%	836.147.604,76	6,35%	-20,32%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	560.555.689,28	4,90%	748.758.565,58	5,69%	33,57%
Estoques	202.097.840,89	1,77%	245.399.395,29	1,86%	21,43%
VPD Pagas Antecipadamente	1.795.433,14	0,02%	2.270.288,33	0,02%	26,45%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.582.970.002,36	66,30%	9.664.438.768,89	73,41%	27,45%
Realizável a Longo Prazo	4.111.544.808,57	35,95%	6.064.360.560,17	46,06%	47,50%
Créditos a Longo Prazo	3.575.764.836,70	31,27%	5.664.763.102,50	43,03%	58,42%
Investimentos Temporários a Longo prazo	535.779.971,87	4,68%	399.597.457,67	3,04%	-25,42%
Investimentos	455.131.089,03	3,98%	467.043.756,34	3,55%	2,62%
Imobilizado	3.014.207.075,59	26,36%	3.129.661.842,34	23,77%	3,83%
Intangível	2.087.029,17	0,02%	3.372.610,04	0,03%	61,60%
TOTAL DO ATIVO	11.436.804.850,68	100,00%	13.165.317.739,09	100,00%	15,11%

Fonte: Sistema CASP PBH

Estes créditos a longo prazo são compostos pelas seguintes rubricas, apresentadas com a codificação do plano de contas (PCASP 2018):

Valores em Reais (R\$)

CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2018
1.2.1.1.1 - Créditos a Longo Prazo - Consolidação	5.612.299.743,02
1.2.1.1.1.02 - Clientes	12.952.299,78
1.2.1.1.1.04 - Dívida Ativa Tributária	5.888.253.317,46
1.2.1.1.1.05 - Dívida Ativa não Tributária	1.010.696.177,09
1.2.1.1.1.99 - Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	- 1.299.602.051,31
1.2.1.2.1 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	52.463.359,48
TOTAL DOS CRÉDITOS A LONGO PRAZO	5.664.763.102,50

Fonte: Sistema CASP PBH

O total do ativo intangível cresceu 61,60% em relação ao exercício de 2017. Este crescimento se deu em decorrência do início das tratativas referentes ao item nº 15 do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – (PIP)¹ nas empresas estatais dependentes e no RPPS.

Importante destacar, que o município de Belo Horizonte encontra-se no processo de levantamento e avaliação dos bens móveis e imóveis, principalmente em relação aos órgãos da administração direta, o que pode representar um Ativo Imobilizado subavaliado.

Em relação ao Passivo, os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo representaram 61,81% do total das obrigações com terceiros.

Valores em Reais (R\$)

PASSIVO	2017	AV	2018	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	1.376.757.944,86	24,49%	811.460.446,78	16,04%	-41,06%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	470.906.725,61	8,38%	144.108.003,98	2,85%	-69,40%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	222.264.851,09	3,95%	386.611.459,59	7,64%	73,94%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	450.720.581,52	8,02%	95.332.756,76	1,88%	-78,85%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.014.612,59	0,02%	1.650.261,42	0,03%	62,65%
Demais Obrigações a Curto Prazo	231.851.174,05	4,12%	183.757.965,03	3,63%	-20,74%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.244.270.649,56	75,51%	4.246.300.470,61	83,96%	0,05%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	169.493.544,84	3,02%	105.555.174,09	2,09%	-37,72%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	3.145.036.404,51	55,95%	3.125.968.123,08	61,81%	-0,61%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	144.884.501,58	2,58%	64.754.961,80	1,28%	-55,31%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	3.671.154,90	0,07%	3.671.154,90	0,07%	0,00%
Provisões a Longo Prazo	425.212.826,44	7,56%	579.775.051,19	11,46%	36,35%
Demais Obrigações a Longo Prazo	355.972.217,29	6,33%	366.576.005,55	7,25%	2,98%
TOTAL DO PASSIVO	5.621.028.594,42	100,00%	5.057.760.917,39	100,00%	-10,02%
Patrimônio Líquido	5.815.776.256,26		8.107.556.821,70		39,41%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.436.804.850,68		13.165.317.739,09		15,11%

Fonte: Sistema CASP PBH

¹ O Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, lista os procedimentos patrimoniais a serem observados para a consolidação das contas públicas nacionais, sob a mesma base conceitual, onde são apresentadas considerações acerca da descrição do procedimento, as fontes normativas e os passos necessários para a respectiva implantação de maneira simplificada.

Os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo estão diretamente relacionadas com a Dívida Pública Interna e Externa por Contratos, como segue:

Valores em Reais (R\$)

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRZO	2018
2.2.2.1 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno	2.000.195.670,41
2.2.2.1.1 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	138.963.268,63
2.2.2.1.3 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	1.789.304.571,87
2.2.2.1.4 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	71.927.829,91
2.2.2.2 - Empréstimos a Longo Prazo - Externo	1.125.772.452,67
2.2.2.2.1 - Empréstimos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	1.125.772.452,67
2.2.2.5 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno	987.646.738,73
2.2.2.6 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Externo	123.530.051,22
2.2.2.8 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	- 987.646.738,73
2.2.2.9 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	- 123.530.051,22
TOTAL DOS CRÉDITOS A LONGO PRAZO	3.125.968.123,08

Fonte: Sistema CASP PBH

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo tiveram uma redução de 69,40% em relação ao exercício de 2017.

Esta redução significativa se deu em decorrência de uma política adotada pelo município que antecipou os salários referentes aos dias trabalhados em dezembro, que deveriam ser pagos em janeiro, pagando-os no dia 28 de dezembro. Esta política teve como objetivo propiciar ao funcionalismo municipal (65 mil agentes públicos, aposentados e pensionistas) mais tranquilidade nas compras de natal e contribuir para que o comércio da cidade tivesse um fim de ano com resultados mais eficientes.

3.4. Demonstração das Variações Patrimoniais – (DVP)

De acordo com o MCASP 8ª Ed., a Demonstração das Variações Patrimoniais - (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial - (BP) do exercício.

No setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

Da Análise dos Índices

No exercício de 2018, Belo Horizonte alcançou um resultado patrimonial superavitário no montante de R\$ 2,79 bilhões.

RESULTADO PATRIMONIAL		
	2017	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	77.311.931.180,02	36.789.948.620,40
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	78.132.500.523,48	33.997.956.333,05
VPA - VPD	= - 820.569.343,46	2.791.992.287,35

O total das variações patrimoniais diminutivas representou 92,41% do total das variações aumentativas, o que levou a um resultado patrimonial positivo correspondente a 7,59% do total das variações patrimoniais aumentativas.

QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
	2017	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	77.311.931.180,02	36.789.948.620,40
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	78.132.500.523,48	33.997.956.333,05
VPD	= 101,06%	92,41%
VPA		

Da Análise Vertical – (AV) e Horizontal (AH)

Do total das Variações Patrimoniais Aumentativas, 56,97% são representadas pela rubrica Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.

Valores em Reais (R\$)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2017	AV	2018	AV	AH
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.690.516.489,36	4,77%	3.947.119.494,72	10,73%	6,95%
Contribuições	741.793.913,75	0,96%	777.247.395,68	2,11%	4,78%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	358.037.133,39	0,46%	373.278.603,36	1,01%	4,26%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.264.436.383,69	1,64%	1.930.575.472,11	5,25%	52,68%
Transferências e Delegações Recebidas	7.962.697.050,06	10,30%	8.619.464.479,81	23,43%	8,25%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	104.094.715,27	0,13%	181.349.824,86	0,49%	74,22%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	63.190.355.494,50	81,73%	20.960.913.349,86	56,97%	-66,83%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	77.311.931.180,02	100,00%	36.789.948.620,40	100,00%	-52,41%

Fonte: Sistema CASP PBH

Detalhando as informações da rubrica Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, verifica-se que esta é na sua maioria composta por valores

provenientes da Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas, destacando-se a Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias.

O registro da reversão desta provisão matemática foi fundamentado em Demonstrativo de Avaliação Atuarial elaborado pela Lumens Atuarial e devidamente registrado na entidade contábil descentralizada do RPPS (Fufin).

Valores em Reais (R\$)

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2018
4.9.1 - VPA a Classificar		16.346,28
4.9.2 - Resultado Positivo de Participações		10.767.658,62
4.9.7 - Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		20.649.285.848,16
4.9.7.1.1.02 - Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo		18.231.102.354,90
4.9.7.1.1.99 - Reversão de Outras Provisões		1.014.580,94
4.9.7.2.1.01 - Reversão de Ajustes de Perdas de Créditos		2.417.168.912,32
4.9.9 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		300.843.496,80
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		20.960.913.349,86

Fonte: Sistema CASP PBH

Do total das Variações Patrimoniais Diminutivas, 54,82% são representadas pela rubrica Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.

Valores em Reais (R\$)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2017	AV	2018	AV	AH
Pessoal e Encargos	3.535.800.338,01	4,53%	3.616.685.049,90	10,64%	2,29%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.073.298.381,11	1,37%	1.156.701.812,21	3,40%	7,77%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.811.434.107,14	3,60%	3.001.787.112,71	8,83%	6,77%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	454.210.245,09	0,58%	750.922.823,51	2,21%	65,32%
Transferências e Delegações Concedidas	4.305.790.740,39	5,51%	4.575.321.864,52	13,46%	6,26%
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	2.762.766.915,36	3,54%	2.145.917.024,76	6,31%	-22,33%
Tributárias	97.532.243,09	0,12%	96.953.924,04	0,29%	-0,59%
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	15.077.162,21	0,02%	17.471.696,19	0,05%	15,88%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	63.076.590.391,08	80,73%	18.636.195.025,21	54,82%	-70,45%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	78.132.500.523,48	101,06%	33.997.956.333,05	92,41%	-56,49%

Fonte: Sistema CASP PBH

Detalhando as informações da rubrica Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, verifica-se que esta é na sua maioria composta por valores provenientes da Constituição de Provisões, destacando-se a constituição de Provisões Matemáticas Previdenciárias.

O registro da constituição desta provisão matemática foi fundamentado em Demonstrativo de Avaliação Atuarial elaborado pela Lumens Atuarial e devidamente registrado nas entidades contábeis descentralizadas do RPPS (Fufin e BHPPrev).

Valores em Reais (R\$)

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2018
3.9.1 - Premiações	120.504,00
3.9.4 - Incentivos	330.000,00
3.9.7 - Constituição de Provisões	18.386.275.620,41
3.9.7.1.1 - VPD de Provisões para Riscos Trabalhistas - Consolidação	2.472.861,89
3.9.7.2.1 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	18.377.135.004,44
3.9.7.3.1 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação	6.667.754,08
3.9.9 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	249.468.900,80
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18.636.195.025,21

Fonte: Sistema CASP PBH

A partir de uma análise horizontal, verifica-se que ocorreu uma variação de -66,83% e -70,45% nas rubricas “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” e “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, respectivamente, em relação ao exercício de 2017.

Esta variação pode ser justificada pelo fato de no exercício de 2017, a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social do Ministério da Fazenda, órgão de controle externo dos Regimes Próprios de Previdência, exigiu a revisão de um dos pressupostos utilizados no cálculo atuarial, relacionado à idade de ingresso em regime previdenciário, cuja consequência natural foi a elevação significativa do valor estimado para os encargos do plano em todos os próximos anos. Esta consequência é principalmente identificada no exercício de 2017, que foi o exercício que comportou todo o encargo da mudança dos pressupostos utilizados no cálculo.

3.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa – (DFC)

De acordo com o MCASP 8ª Ed., a Demonstração dos Fluxos de Caixa - (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxo operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC identificará as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Da Análise dos Índices

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais representou 7,21% do Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, evidenciando uma dispersão significativa entre o Resultado Patrimonial e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais.

QUOCIENTE DO FCO EM RELAÇÃO AO RESULTADO PATRIMONIAL		
	2017	2018
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais - (FCO)	1.068.362.450,83	201.304.609,55
Resultado Patrimonial	- 820.569.343,46	2.791.992.287,35
FCO	= 230,20%	7,21%
RESULTADO PATRIMONIAL		

No caso do exercício de 2017, onde o resultado patrimonial foi negativo, aplicou-se a seguinte fórmula: $(FCO - Resultado Patrimonial) / ABS(Resultado Patrimonial)$

De acordo com a apuração do índice da capacidade de amortização da dívida, os recursos gerados pela entidade para o pagamento da dívida representaram 3,98% do total do passivo.

QUOCIENTE DA CAPACIDADE DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
	2017	2018
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais - (FCO)	1.068.362.450,83	201.304.609,55
Total do Passivo (PC + PNC)	5.621.028.594,42	5.057.760.917,39
FCO	= 19,01%	3,98%
Total do Passivo (PC + PNC)		

No exercício de 2018, o resultado das atividades operacionais representou 209,72% da Geração Líquida de Caixa que foi deficitária. A dispersão entre o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais e a Geração Líquida de Caixa e Equivalente Caixa está relacionado aos resultados deficitários das Atividades de Investimento e de Financiamento.

QUOCIENTE DA ATIVIDADE OPERACIONAL		
	2017	2018
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais - (FCO)	1.068.362.450,83	201.304.609,55
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	700.233.600,68	-1.833.464.313,05
FCO	= 152,57%	209,72%
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		

No caso do exercício de 2018, onde a Geração Líquida de Caixa e Equivalente Caixa foi negativa, aplicou-se a seguinte fórmula: $(FCO - Geração Líquida de Caixa e Equivalente Caixa) / ABS(Geração Líquida de Caixa e Equivalente Caixa)$

Da Análise Horizontal (AH)

No exercício de 2018 o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais apresentou uma variação de -81,16% em relação ao exercício de 2017.

Parte da variação negativa no fluxo de caixa das atividades operacionais é reflexo da antecipação do pagamento dos salários de dezembro de 2018 que foram pagos em 28/12/2018, o que normalmente iria ocorrer em janeiro de 2019.

Valores em Reais (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	AH
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos	12.668.204.709,85	13.825.919.592,34	9,14%
Desembolsos	11.599.842.259,02	13.624.614.982,79	17,46%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	1.068.362.450,83	201.304.609,55	-81,16%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos	88.144.362,46	107.652.065,42	22,13%
Desembolsos	361.777.883,29	478.426.052,63	32,24%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)	- 273.633.520,83	- 370.773.987,21	-35,50%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos	158.606.876,20	246.626.271,23	55,50%
Desembolsos	253.102.205,52	260.621.206,62	2,97%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	- 94.495.329,32	- 13.994.935,39	85,19%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA (I+II+III)	700.233.600,68	- 183.464.313,05	-126,20%

Fonte: Sistema CASP PBH

3.6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – (DMPL)

De acordo com o MCASP 8ª Ed., a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido - (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período).

Da Análise Vertical – (AV) e Horizontal (AH)

No exercício de 2018, os Resultados Acumulados representaram 97,67% do total do Patrimônio Líquido (PL) e foram responsáveis pelo crescimento do PL em 40,44% em relação ao exercício de 2017.

Valores em Reais (R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	AV	2018	AV	AH
Participação Social / Capital Social	165.184.639,35	2,84%	176.958.028,81	2,18%	7,13%
Reserva de Capital	260.345,62	0,00%	260.345,62	0,00%	0,00%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.935.347,17	0,21%	11.668.007,69	0,14%	-2,24%
Demais Reservas	241,44	0,00%	241,44	0,00%	0,00%
Resultados Acumulados	5.638.395.924,14	96,95%	7.918.670.439,58	97,67%	40,44%
Ações / Cotas em Tesouraria	- 241,44	0,00%	- 241,44	0,00%	0,00%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.815.776.256,28	100,00%	8.107.556.821,70	100,00%	39,41%

Fonte: Sistema CASP PBH

O total dos Resultados Acumulados é composto pelas seguintes rubricas:

Valores em Reais (R\$)

RESULTADOS ACUMULADOS	2018
Resultado Patrimonial do Exercício	2.791.992.287,35
Resultado Patrimonial de Exercícios Anteriores	5.344.325.065,86
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 511.717.771,89
Resultado Resultante de Extinção, Fusão e Cisão	294.070.858,26
TOTAL DOS RESULTADOS ACUMULADOS	7.918.670.439,58

Fonte: Sistema CASP PBH

4. Do Regime Próprio de Previdência Social de Belo Horizonte

4.1. Informações Gerais

De acordo com o MCASP 7ª Ed. e segundo a legislação previdenciária, a segregação da massa de segurados consiste na separação dos segurados e beneficiários em dois grupos distintos, a partir da definição de uma metodologia de corte. O grupo de segurados e beneficiários integrantes do fundo constituído em regime de repartição simples compõe o Plano Financeiro e os integrantes do fundo com perspectiva de sustentabilidade ou de capitalização integram o Plano Previdenciário. A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, acompanhado pela separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes a cada grupo. O passivo atuarial, obrigatoriamente, será contabilizado nas contas patrimoniais de forma segregada.

Em 2011, por meio da Lei nº 10.362, de 30 de dezembro de 2011, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Belo Horizonte passou por uma reestruturação, por meio de uma segregação de massas, com a criação de dois fundos: o Fundo Financeiro – FUFIN –, no regime de repartição simples e o Fundo Previdenciário – BHPREV –, no regime de capitalização.

No âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte, o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos efetivos garante aos seus segurados os benefícios de aposentadoria, licença para tratamento de saúde e por motivo de acidente em serviço, abono família, licença maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão.

O RPPS do Município é de caráter contributivo e solidário e de filiação obrigatória. É mantido pela Administração Direta, pelas entidades da Administração Indireta que contem em seus quadros com servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, pelo Poder Legislativo, assim como pelos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

A estrutura de direção do RPPS de Belo Horizonte é composta pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e tem como Unidade Gestora – a Subsecretaria de Gestão Previdenciária – Suprev, subordinada à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG, criada pela Lei nº 11.065, de 2017.

A Suprev, cujas atribuições estão previstas no Capítulo VIII do Decreto nº 16.682, de 2017, é responsável pelo planejamento, coordenação e execução da política de previdência social dos servidores públicos efetivos da Administração Municipal.

Entre suas funções está a concessão e o pagamento dos benefícios previdenciários, o atendimento aos segurados, o controle das receitas e despesas do RPPS, a gestão dos recursos do Fundo Previdenciário, visando a melhor rentabilidade e segurança nas aplicações, e a adoção de medidas destinadas a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

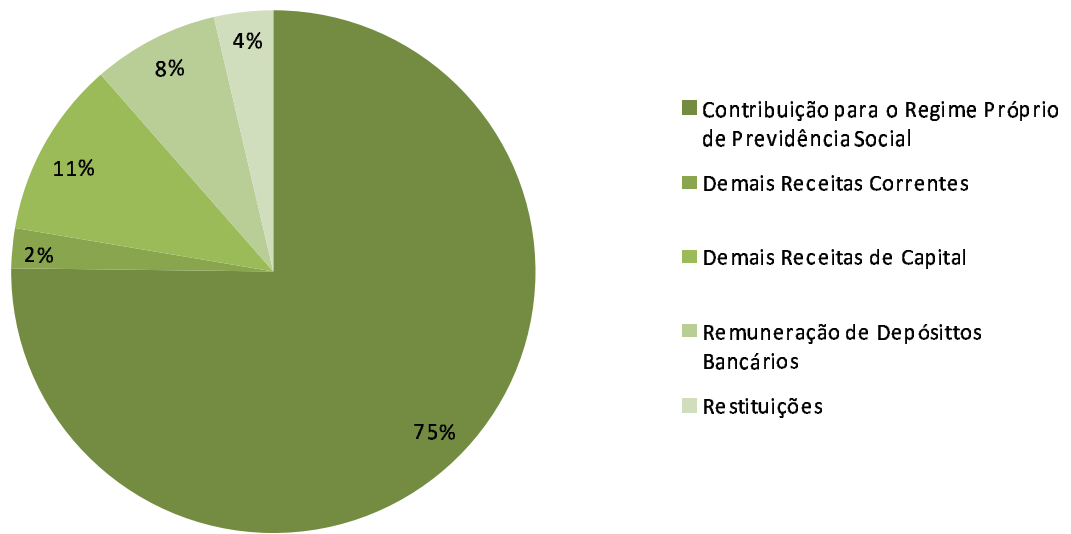
Os Demonstrativos Contábeis dos dois fundos estão disponibilizados no link abaixo:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/gestao-previdenciaria/informacoes/demonstrativos-contabeis>

4.2. Origem dos Recursos

No exercício de 2018 o RPPS arrecadou R\$ 905,7 milhões em receitas orçamentárias, valor que representa um crescimento nominal de 38,16% em relação ao exercício de 2017, o que equivale a um crescimento real de 33,17%, considerando a inflação acumulada no período de 3,75% (IPCA).

RPPS – Receita Orçamentária Realizada

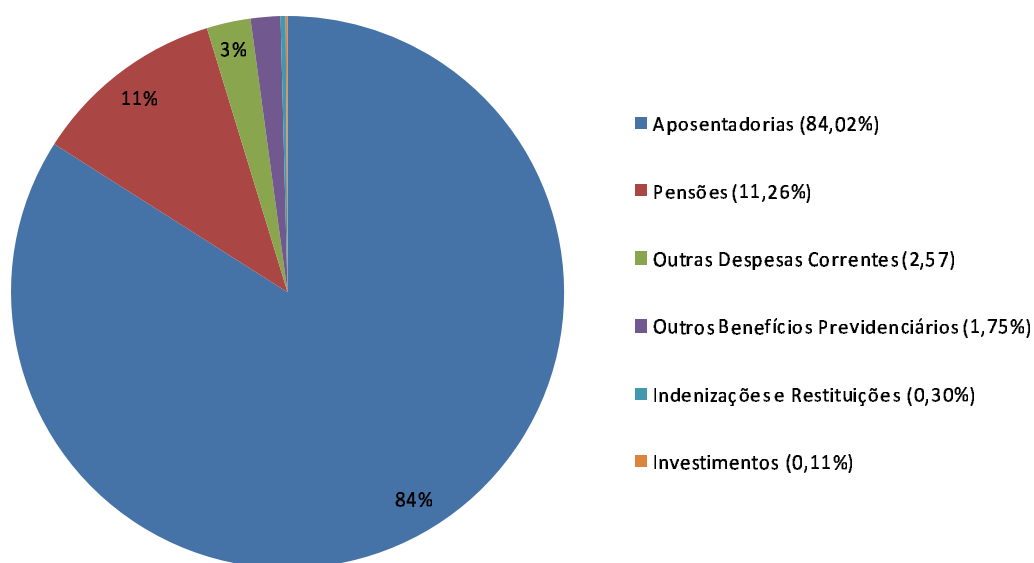


Fonte: Sistema CASP PBH

4.3. Aplicação dos Recursos

No exercício de 2018 no RPPS do município de Belo Horizonte o total de despesas empenhadas totalizou R\$ 1,10 bilhões, valor que representa um crescimento nominal de 15,98% em relação ao exercício de 2017, o que equivale a um crescimento real de 11,79% considerando a inflação acumulada no período de 3,75% (IPCA).

RPPS – Despesa Orçamentária Empenhada



Fonte: Sistema CASP PBH

4.4. O Resultado Orçamentário

Destacando-se das informações consolidadas às referentes ao RPPS de Belo Horizonte observa-se que o Fundo Financeiro (Fufin) apresenta déficits orçamentários.

No exercício de 2018 o déficit orçamentário foi de R\$ 412 milhões.

Valores em Reais (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	Fufin	AV	BHPrev	AV	TOTAL DO RPPS
RECEITAS CORRENTES	571.804.318,15	85,27%	235.114.780,79	100,00%	806.919.098,94
Receita de Contribuições	524.675.485,75	78,24%	156.332.737,98	66,49%	681.008.223,73
Receita Patrimonial	824.332,85	0,12%	69.646.447,54	29,62%	70.470.780,39
Outras Receitas Correntes	46.304.499,55	6,91%	9.135.595,27	3,89%	55.440.094,82
RECEITAS DE CAPITAL	98.782.811,64	14,73%	1.546,86	0,00%	98.784.358,50
Outras Receitas de Capital	98.782.811,64	14,73%	1.546,86	0,00%	98.784.358,50
TOTAL DAS RECEITAS	670.587.129,79	100,00%	235.116.327,65	100,00%	905.703.457,44
DESPESAS CORRENTES	1.083.052.665,80	100,00%	13.180.489,17	91,91%	1.096.233.154,97
Pessoal e Encargos Sociais	1.057.001.015,91	97,59%	11.034.539,03	76,95%	1.068.035.554,94
Outras Despesas Correntes	26.051.649,89	2,41%	2.145.950,14	14,96%	28.197.600,03
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,00%	1.159.439,17	8,09%	1.159.439,17
Investimentos	-	0,00%	1.159.439,17	8,09%	1.159.439,17
TOTAL DAS RECEITAS	1.083.052.665,80	100,00%	14.339.928,34	100,00%	1.097.392.594,14
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	- 412.465.536,01		22.077.6399,31		- 191.689.136,70

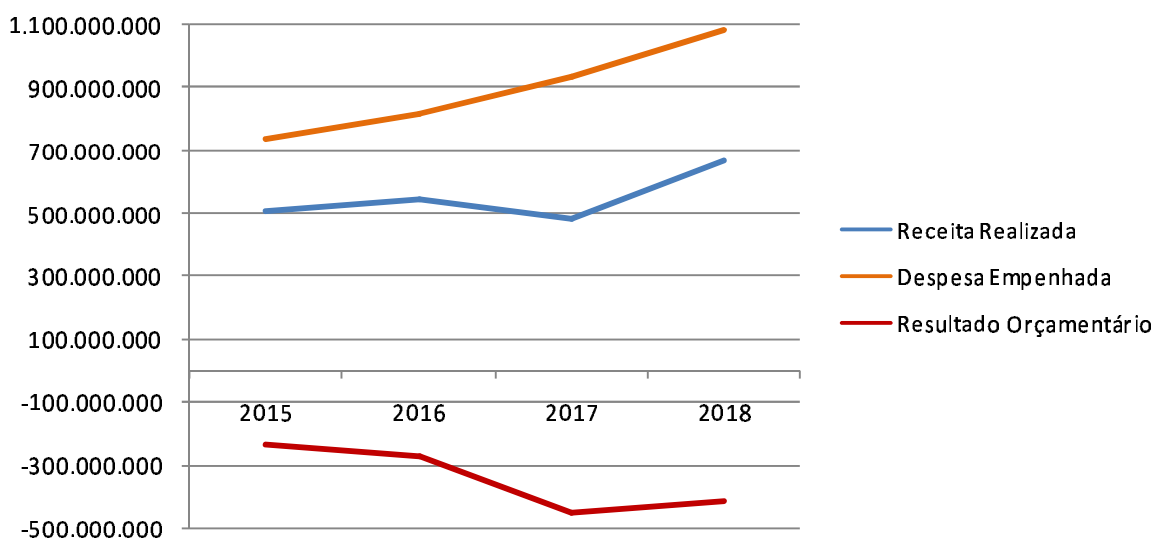
Fonte: Sistema CASP PBH

Esta é uma consequência natural de regimes com repartição simples que passaram pelo processo de segregação de massas que vincula a contribuição e benefícios dos novos servidores ao regime de capitalização simples.

Durante o exercício de 2018 o tesouro municipal aportou R\$ 461 milhões ao Fundo Financeiro (Fufin) para cobrir as insuficiências financeiras deste.

Fufin - Evolução do Resultado Orçamentário

Valores em Reais (R\$)



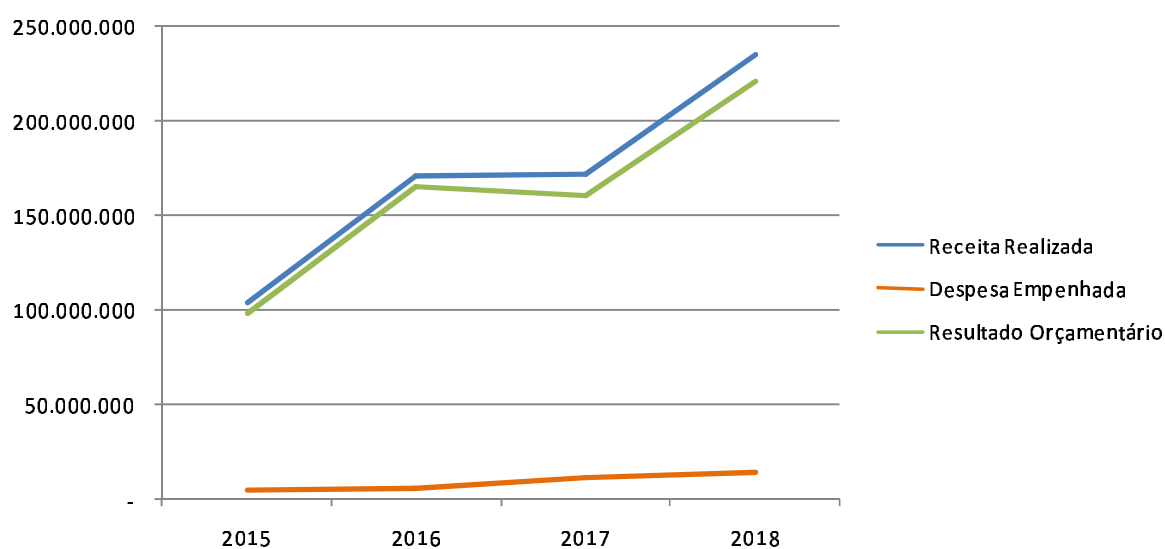
Fonte: Sistema CASP PBH

Diferentemente ocorreu com o Fundo Previdenciário (BHPrev), que tem apresentado superávits orçamentários, por se tratar de fundo com regime de capitalização que se encontra em seus anos iniciais, onde as receitas arrecadadas tendem a aumentar, em decorrência da entrada de contribuições dos novos servidores e por não apresentar grande número de servidores em gozo de benefícios.

No exercício de 2018, o BHPrev apresentou resultado orçamentário superavitário no montante de R\$ 220 milhões.

BHPrev - Evolução do Resultado Orçamentário

Valores em Reais (R\$)



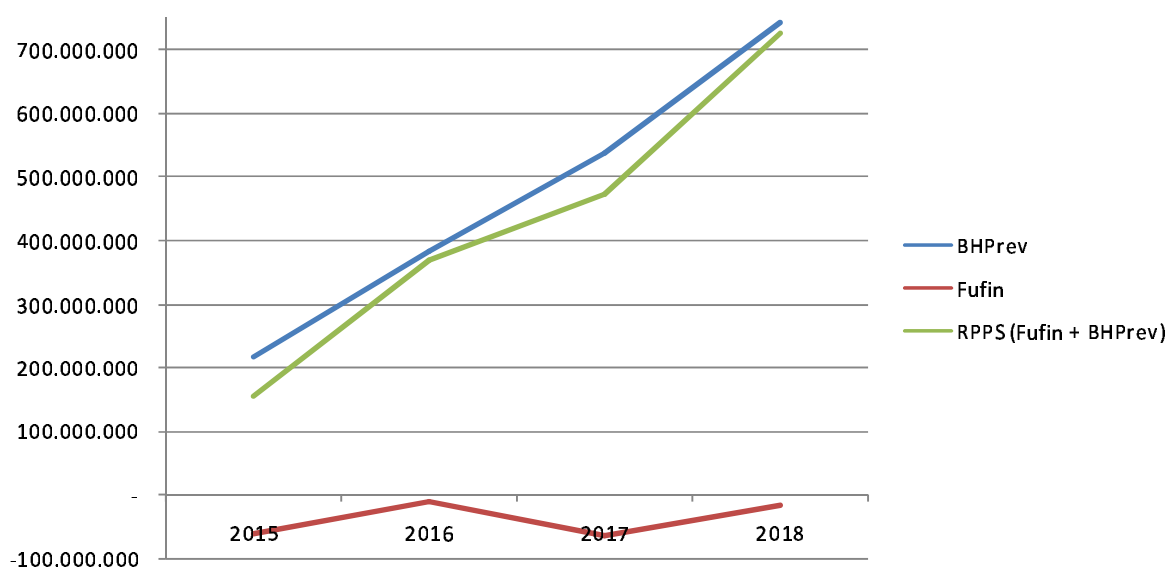
Fonte: Sistema CASP PBH

4.5. O Superávit Financeiro

Em 2018, o RPPS de Belo Horizonte apresentou um superávit financeiro acumulado no valor de R\$ 725 milhões. Neste montante estão inseridos R\$ 17 milhões referentes ao déficit financeiro do Fufin e R\$ 742 milhões de superávit financeiro do BHPrev.

RPPS - Evolução do Superávit / Déficit Financeiro

Valores em Reais (R\$)



Fonte: Sistema CASP PBH

Apuração conforme item "3.5.3.3. - Conferência de Saldos das Contas de Disponibilidade de Recursos" do MCASP 8ª Ed. pag. 398.

5. Eventos Subseqüentes

A partir de 02 de janeiro de 2019 o município de Belo Horizonte adotou o controle por fontes de recursos em 100% de suas movimentações financeiras, procedimento que até então não era adotado e que a partir do exercício de 2019 possibilitará o controle por fonte de recursos também nas contas bancárias bem como a apuração de eventual superávit/déficit financeiro com segregação por fonte de recursos.

6. Conclusão

O presente relatório de Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público foi elaborado com o objetivo de apresentar informações relevantes no contexto da gestão municipal, evidenciando a situação patrimonial do Município e as respectivas consolidações, a fim de tornar mais transparente os dados contidos nos demonstrativos apresentados resultantes da gestão do exercício de 2018.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2018.

SUBSECRETÁRIO DE CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Nourival de Souza Resende Filho
CRC/MG 020498/O-6

DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

Marília Celestino Xavier
CRC/MG 096270/O-7

DIRETORA DE INFORMAÇÕES E PRESTAÇÕES DE CONTAS CONTÁBEIS

Margareth Braga Neves Fragoso
CRC/MG 050950/O-0

GERENTE DE SUPORTE TÉCNICO CONTÁBIL

Cláudio Luiz de Aguiar
CRC/MG 080571/O-0

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Keila Cristina Reis
CRC/MG 100000/O

GERENTE DE CONTROLE CONTÁBIL

Marcel Enrique Caldas Gomes
CRC/MG 106858/O-5

**GERENTE DE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA E ACOMPANHAMENTO DA
ARRECADAÇÃO**

Ildecléia Adamovcz Saldanha
CRC/PR 048441/0

GERENTE DE CONTABILIDADE DOS FUNDOS MUNICIPAIS

Maristela Souza Pereira
CRC/MG 077057/O-1